

POLITICA DE INVESTIMENTOS 2016

► POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016

Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos, isto é, a Política de Investimentos. Este documento estabelece o processo de investimento, ajudando o investidor a entender suas necessidades específicas, e aumentando a probabilidade de decisões adequadas ao seu perfil de investidor.

A elaboração desta Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos do RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

A presente Política estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos conferidos a entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessária para complementar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano de Benefícios.

A Política de Investimentos do RPPS deve ser constituída pelos seguintes elementos básicos: o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras; a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos; os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na legislação; e os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica - Art. 4º, Subseção II, Resolução CMN 3.922/2010 e com as novas alterações descritas na resolução 4392/2014.

Sinteticamente, a Política de Investimentos demonstra os objetivos de retorno, aversão a risco e restrições. O retorno está diretamente correlacionado com o risco. Por isso, definidas as condições de risco e retorno, as alternativas de investimentos serão delimitadas através das restrições estabelecidas.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE

O CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23º da LEI Nº 876/2005, de 17 de Novembro de 2005, torna público que, em sessão realizada em __ de _____ de 2015, com base no art. 4º da Resolução CMN 3.922, de 25 de Novembro de 2010 e as novas alterações descritas na Resolução 4.392/2014, **APROVA** esta **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** referente ao **EXERCÍCIO DE 2016**.

A elaboração desta Política de Investimentos conduzida pelo COMITÊ DE INVESTIMENTOS deste RPPS, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata, subscreve juntamente com o **CONSELHO MUNICIPAL** esta política anual de investimentos.

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE**

AV. KAINGANG, 292 - CENTRO - CEP 99860-000

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ 13.676.052/0001-24

(54) 3552-1244

dinalva_pessoa@yahoo.com.br

> SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
DO OBJETO	4
DA ADMINISTRAÇÃO	4
DA ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO	4
VIGÊNCIA E OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016	6
DA VIGÊNCIA	6
DOS OBJETIVOS.....	6
MODELO DE GESTÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.....	8
DO MODELO DE GESTÃO	8
DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	9
ASPECTOS LEGAIS DA RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010	10
CONJUNTURA ECONÔMICA E ANÁLISE DE MERCADO.....	12
ECONOMIA MUNDIAL E TAXA DE CÂMBIO.....	14
TAXA DE JUROS, INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA.....	16
ATIVIDADE ECONÔMICA E PRODUTO INTERNO BRUTO.....	18
EXPECTATIVAS DO MERCADO FINANCEIRO 2016 - BRASIL	21
RENDA FIXA.....	21
RENDA VARIÁVEL	24
CONSIDERAÇÕES GERAIS – CENÁRIO 2016.....	27
CONTROLE DE RISCOS.....	28
GLOSSÁRIO	30
DIRETRIZES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	32
DAS DIRETRIZES.....	32
DAS ALOCAÇÕES DOS RECURSOS.....	35
Dos Segmentos	35
Dos Limites Gerais	36
Da Avaliação de Desempenho das Aplicações	37
Dos Riscos de Mercado e Crédito	37
ESTRATÉGIA PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	39
RESUMO DOS ENQUADRAMENTOS.....	40
VEDAÇÕES.....	42
DISPOSIÇÕES GERAIS	43

➤ APRESENTAÇÃO

Do Objeto

Esta Política de Investimentos dispõe sobre as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social (RPPS) instituído pelo **MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE**. Fica estabelecido que os recursos do regime próprio de previdência social instituído, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de Novembro de 1998, devem ser aplicados conforme a legislação em vigor, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Observadas as limitações e condições estabelecidas na legislação vigente, os recursos do regime próprio de previdência social devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas nesta Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa; renda variável; e imóveis. São considerados recursos do regime próprio de previdência social: as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital; os demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social; as aplicações financeiras; os títulos e os valores mobiliários; os ativos vinculados por lei ao fundo integrado de previdência; e demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do regime próprio de previdência social.

Da Administração

O regime próprio de previdência social do **MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE** é administrado pela UNIDADE GESTORA representada pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE**, na Av. Kaingang, 292 - Centro - CEP 99860-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.676.052/0001-24, doravante abreviadamente designada, RPPS, tendo como Representante Legal do Ente o Sr. **CLAIRTON PASINATO** e o Representante Legal da Unidade Gestora o Sra. **DINALVA PESSOA TONIETO**.

Da Organização do Documento

O presente documento está estruturado em treze seções. Esta INTRODUÇÃO de apresentação da Política de Investimentos do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE** A VIGÊNCIA E OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, destacando a abrangência temporal dos efeitos originados por este documento e o propósito de curto e longo prazo do **RPPS**. O MODELO DE GESTÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, para

prever o modo de gerir os recursos e o suporte especializado necessário. Os ASPECTOS LEGAIS DA RESOLUÇÃO CMN 3.922, de 25 de Novembro de 2010 e as novas alterações descritas na Resolução 4.392/2014, a partir da síntese dos seus principais aspectos correspondentes. A CONJUNTURA ECONÔMICA E ANÁLISE DE MERCADO, para oferecer dados e informações a respeito do contexto econômico de investimentos, bem como as EXPECTATIVAS DO MERCADO FINANCEIRO PARA 2016, AS CONSIDERAÇÕES GERAIS DO CENÁRIO DE 2016, CONTROLE DE RISCO, GLOSSARIO onde se expõem alguns conceitos. Temos as DIRETRIZES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS, alinhando os elementos de gestão e as suas respectivas restrições. A ESTRATÉGIA PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS, onde traçamos os limites de alocações por segmento. As VEDAÇÕES e por fim, as DISPOSIÇÕES GERAIS.

VIGÊNCIA E OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2016



Da Vigência

Esta Política de Investimentos será válida para todo o **EXERCÍCIO DE 2016**. Durante este período, correções e alterações poderão ocorrer para adequar mudanças na legislação aplicável, ou caso seja considerado necessário pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE**. Até 31 de Dezembro de cada exercício em relação ao exercício seguinte aprova-se a política anual de investimentos, que terá mandato exclusivo, ou seja, não será permitida a existência de duas políticas de investimentos abrangendo o mesmo exercício concomitantemente em qualquer hipótese.

Dos Objetivos

Os objetivos contemplam horizontes de curto prazo, bem como de longo prazo. Em essência, o regime próprio de previdência social dos servidores públicos do **MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE** deve ser organizado para garantir a cobertura contínua dos seus segurados por meio do plano de benefícios. Para isso, o seu equilíbrio financeiro e, principalmente, atuarial representa o seu objetivo de longo prazo. Além disso, precisa visar permanentemente à construção de processos de pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação, nos termos do art. 6º, Inciso IV e art. 1º, Inciso VI da Lei 9.717/98.

Nesse sentido, a Política de Investimentos define a estratégia de aplicação dos recursos no curto prazo. Anualmente, é necessário selecionar os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil das obrigações do respectivo regime próprio de previdência social, observados os critérios para aplicação dos recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, tendo em vista a necessidade de buscar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na referida legislação.

Por conseguinte o **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE** precisa buscar, através da aplicação dos seus recursos, uma rentabilidade igual ou superior à sua meta atuarial. Com base no horizonte de longo prazo, e a situação financeira e atuarial observada atualmente, a **META ATUARIAL**, definida e aprovada juntamente com a Política de Investimentos, será

representada pelo *benchmark* **IPCA ACRESCIDO DE 6% a.a. (IPCA + 6% a.a.)**. Institui-se também os objetivos de assegurar que os gestores, servidores, participantes, beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores do **RPPS** tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos; e garantir transparência e ética no processo de investimento, o qual deve ser feito seguindo diretrizes, normas e critérios.

MODELO DE GESTÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Do Modelo de Gestão

O modelo de gestão dos recursos do regime próprio do **MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE** é uma opção estratégica dos seus gestores. Segundo o art. 15 da Resolução CMN 3.922, de 25 de Novembro de 2010 e as novas

alterações descritas na Resolução 4.392/2014, a gestão das aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada, ou mista. Neste momento, a opção realizada pelo **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE** compreendeu o modelo de GESTÃO PRÓPRIA, ou seja, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social.

ELABORAR RELATÓRIOS
DETALHADOS, no mínimo,
TRIMESTRALMENTE, sobre a
rentabilidade, os riscos...

Conforme a legislação vigente, os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em carteira administrada ou em cotas de fundos de investimentos. A gestão poderá ser exercida por instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o exercício profissional de administração de carteira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em funcionamento no País, como: de baixo risco de crédito; ou de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimentos.

No processo de gestão, destaca-se alguns cuidados importantes. Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários, o responsável pela gestão, além da consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, deverá observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE deverá observar as obrigações da PORTARIA Nº 440, DE 9 DE OUTUBRO DE 2013 que Altera a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de Agosto de 2011 na gestão dos recursos , destacando a OBRIGAÇÃO de realizar AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS APLICAÇÕES. No caso de entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente, adotando, de imediato, medidas cabíveis diante da constatação de *performance* insatisfatória, bem como ELABORAR RELATÓRIOS DETALHADOS, no mínimo, TRIMESTRALMENTE, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle, conforme a Portaria MPS 440/2013.

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE atualmente possui uma empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução 3.922/2010 e as novas alterações descritas na Resolução 4.392/2014, para prestar assessoramento às aplicações de recursos. Esta consultoria e assessoria de valores mobiliários auxilia o regime próprio de previdência social no acompanhamento e monitoramento do desempenho, do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos, orientando o RPPS em relação ao seu portfólio, auxiliando assim na emissão dos pareceres obrigatórios.

Dos Serviços Especializados

A contratação dos serviços de consultoria de valores mobiliários deverá levar em consideração critérios pré-definidos. Sublinham-se aspectos como: a experiência, especialização e idoneidade da empresa, bem como o custo e a qualidade da prestação de serviços e, ainda, de acordo com o art. 18 da Resolução CMN 3.922, de 25 de Novembro de 2010 e as novas alterações descritas na Resolução 4.392/2014, estar devidamente habilitada na CVM como Consultora de Valores Mobiliários. É de fundamental importância que a empresa habilitada na CVM como Consultora de Valores Mobiliários não seja ao mesmo tempo também cadastrada na CVM como Prestadora de Serviços de Administração de Carteiras e nem como Agente Autônomo – Pessoa Jurídica.

As pessoas naturais contratadas pelas pessoas jurídicas que desempenham atividade de avaliação de investimento em valores mobiliários, em caráter profissional, com a finalidade de produzir recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de tomada de decisões de investimentos deverão estar registradas na Comissão de Valores

Mobiliários, nos termos da Resolução CMN 3.922/2010 e as novas alterações descritas na Resolução 4.392/2014 e da legislação vigente.

ASPECTOS LEGAIS DA RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

Resolução CMN nº 3.922/2010

Limites percentuais para as aplicações dos RPPS

Artigo 7º - RENDA FIXA

INCISO I - Até 100% em:

a) Títulos públicos federais

b) Fundos compostos por 100% em títulos públicos, indexados ao índice IMA ou algum de seus subíndices (IMA-B, IMA-C, IRF-M, IDKA), com exceção do IMA-S, pois este está atrelado à taxa de juros de um dia (SELIC).

INCISO II - Até 15% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

INCISO III - Até 80% em:

a) em fundos de investimentos de Renda Fixa e/ou Referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

b) em cotas de Fundos de Índices de Renda Fixa, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade dos subíndices do IMA ou IDKA.

INCISO IV - Até 30% em:

a) Fundos de investimentos de Renda Fixa e/ou Referenciados, atrelados à taxa de juros de um dia (SELIC);

b) Fundos de índices de Renda Fixa cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade dos índices de renda fixa.

INCISO V - Até 20% em:

- a) Poupança;
- b) Letras Imobiliárias Garantidas.

INCISO VI - Até 15% em cotas de classe sênior de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) abertos.

INCISO VII - Até 5% em:

- a) Cotas de classe sênior de FIDCs Fechados;
- b) Fundos de investimentos de Renda Fixa ou Referenciados em indicadores de Renda Fixa, classificados como "Crédito Privado".

OBS.: § 5º A totalidade das aplicações previstas nos incisos VI e VII não deverão exceder o limite de 15% (quinze por cento).

Artigo 8º - RENDA VARIÁVEL

INCISO I - Até 30% em Fundos de Renda Variáveis classificados como Referenciados, que possuam como índices de referência o IBOVESPA, IBrX ou IBrX-50.

INCISO II - Até 20% em cotas de Fundos de Índices referenciados em ações, admitindo-se exclusivamente os índices IBOVESPA, IBrX ou IBrX-50.

INCISO III - Até 15% em Fundos de Ações, cujos regulamentos determinem que as cotas de fundos de índices que compõem a sua carteira restrinjam-se aos índices IBOVESPA, IBrX ou IBrX-50.

INCISO IV - Até 5% em Fundos Multimercados sem alavancagem.

INCISO V - Até 5% em Fundos de Investimentos em Participações (FIPs).

INCISO VI - Até 5% em Fundos de investimentos Imobiliários (FIIs).

OBS.: As aplicações em Renda Variável na sua totalidade não deverão exceder o limite de 30% das aplicações do RPPS.

CONJUNTURA ECONÔMICA E ANÁLISE DE MERCADO

A conjuntura econômica representa uma configuração da realidade circunstancial da economia. Através de indicadores de mercado e suas inter-relações, esta seção pretende cumprir o papel de apresentar perspectivas acerca das possíveis condições econômicas que pautarão o próximo exercício. O foco é atribuído em especial às expectativas de mercado, as quais se constituem como as principais sinalizadoras para a tomada de decisões de investimentos. A proposta é produzir indícios que permitam transitar pela realidade atual e espreitar as conjecturas formadas pelos agentes de mercado. A partir dos indicadores selecionados, analisa-se o comportamento da economia ao longo do ano, identificando os principais desafios e tendências para a condução da política econômica no decorrer de 2016.

A continuidade das denúncias de corrupção envolvendo o Governo e o Congresso Nacional durante todo ano de 2015 agravaram o cenário de crise político-institucional do país, refletindo diretamente sobre as expectativas dos agentes econômicos.

Com efeito, tanto os segmentos de renda variável como o de renda fixa apresentaram significativas volatilidades no decorrer do período, com o mercado dando claros sinais de preferência por ativos de menor duração, em meio às incertezas macroeconômicas vigentes.

A elevação da Selic ao patamar mais elevado nos últimos nove anos, sinaliza a intenção do Governo em manter uma política monetária ortodoxa, utilizando a taxa básica de juros como principal ferramenta de combate à inflação.

Contudo, o descontrole dos gastos públicos e o consequente cenário de dominância fiscal que vem pautando a economia do país, tem retirado cada vez mais a eficiência da política monetária como instrumento de estabilização econômica.

Em que pese o Brasil estar no topo do ranking dos países com a maior taxa de juros reais do mundo, a inflação projetada para o biênio 2015/2016, segue acima da meta, destacando-se que as estimativas tem sido sistematicamente elevadas a cada nova Pesquisa Focus.

Em regra, elevações da Taxa Selic tendem a ser mais eficientes no combate à inflação, em cenários onde a expansão da atividade produtiva não acompanha o mesmo ritmo de crescimento do consumo. Esse fenômeno, conhecido como inflação de demanda, requer a adoção de políticas que tenham por objetivo restringir o crédito e o consumo no curto prazo,

permitindo que o setor industrial do país promova os ajustes necessários ao aumento da oferta.

No entanto, essa não parece ser a realidade do Brasil, uma vez que a atividade econômica encontra-se estagnada desde 2014, ano em que o PIB atingiu um irrisório crescimento de 0,1%. Já para os próximos dois anos, a previsão é de crescimento negativo, culminando com um cenário conhecido como estagflação, caracterizado pela ocorrência simultânea de altas taxas inflacionárias e paralisia da atividade econômica.

No que se refere à crise fiscal, as medidas anunciadas pela equipe econômica sinalizam ajustes tanto pelo lado das despesas como das receitas. Além do corte no orçamento de R\$ 80 bilhões anunciado ainda no mês de maio, o novo pacote fiscal lançado em setembro prevê uma redução adicional de despesas da ordem de R\$ 26 bilhões, acompanhado de uma alta de tributos cuja estimativa é incrementar a arrecadação em aproximadamente R\$ 40 bilhões até o final de 2016.

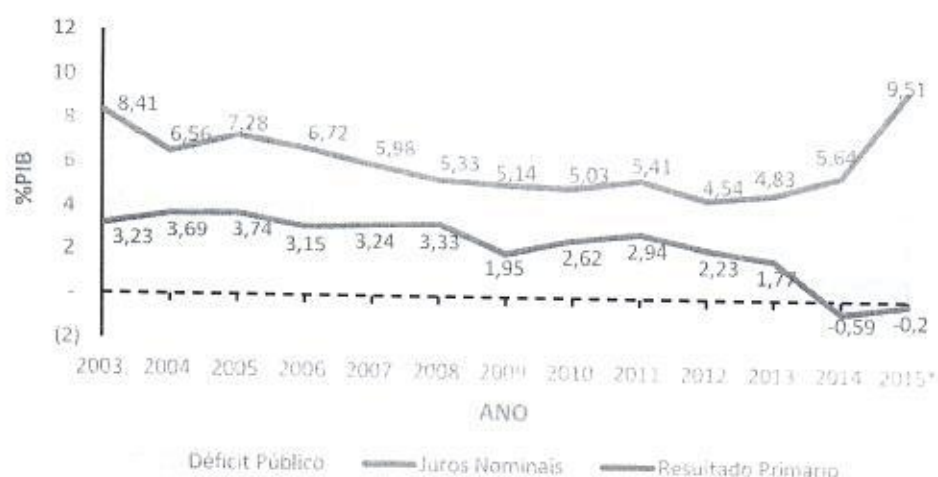


Gráfico 1 Superávit Primário, Juros Nominais e Déficit Público

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

(*) Janeiro a Setembro de 2015

Mediante o anúncio de tais medidas, o Governo tenta sinalizar ao mercado a importância que será dada à regularização das contas públicas no próximo exercício. Desde 2014 as contas do Governo Central passaram a registrar déficits primários que, associados as altas de juros vigentes, impulsionaram as necessidades de financiamento do setor público a quase 10 pontos percentuais do PIB.

Nesse sentido, registram-se as chamadas "pedaladas fiscais", objeto de apontamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que recomendou ao

Congresso Nacional a respectiva rejeição das contas de governo da Presidenta Dilma.

Além das implicações políticas e econômicas inerentes à recomendação do TCU, o quadro das contas públicas nacionais acelerou a perda do selo de bom pagador do país. Em setembro, a Standard & Poors, uma das três maiores agências internacionais de rating, rebaixou a nota de crédito do Brasil, que passou do grau de investimento para o grau especulativo.

Por outro lado, a economia americana continuou dando sinais de sólida recuperação, tornando cada vez mais iminente a elevação de sua taxa básica de juros local, próxima do zero desde a eclosão da crise financeira global (2008). Já na China, seguem as expectativas de um crescimento econômico inferior a 7% em 2015, consistindo na menor taxa anual apurada ao longo dos últimos 25 anos.

Economia Mundial e taxa de câmbio

Aproximando-se das projeções realizadas no começo do ano, o FMI – Fundo Monetário Internacional – divulgou no mês de Outubro uma expectativa de crescimento da economia mundial para 2015 de 3,1%, estimativa esta levemente inferior aos 3,5% originalmente previstos em janeiro. Frisa-se que na atualização realizada em julho, o FMI já indicava um cenário de desaceleração nas expectativas de crescimento mundial, quando foi indicado à época uma expansão de 3,3% para o corrente exercício.

Já para 2016, a estimativa do FMI é de um crescimento de 3,6% frente aos 3,8% originalmente projetados. Para o período compreendido entre os anos de 2017 a 2020 a entidade estima um crescimento médio de 3,9%.

Em linha com as projeções do FMI, a OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – também reduziu sua estimativa de crescimento global para 2015, passando dos 3% anteriormente previstos para 2,9% em outubro.

Para os anos de 2016 e 2017 as projeções da OCDE seguem levemente inferiores às do FMI, sendo previstas respectivas taxas globais de crescimento da ordem de 3,3% e 3,6%.

As reduções verificadas em ambas as projeções de crescimento tiveram como base o ritmo mais lento das economias emergentes, a fraca recuperação dos países avançados, em especial daqueles que integram a Zona do Euro, e a desaceleração da economia chinesa, cujas expectativas apontam um crescimento inferior a 7% em 2015.

Dentre as economias emergentes, apenas a Rússia (-3,8%) e a Venezuela (-10%) obtiveram projeções de encolhimento do PIB superiores ao Brasil (-3%).

Com relação à China, o principal impacto decorrente da desaceleração econômica do país diz respeito à queda do preço internacional dos commodities. O menor ritmo de importações chinesas tem afetado o ritmo e a qualidade do crescimento global, impactando principalmente as economias emergentes.

A despeito da China e dos países integrantes da Zona do Euro, a economia norte americana vem demonstrando ao longo de todo 2015 sólidos sinais de recuperação. Em termos de mercado de trabalho, a média de novos empregos mensalmente gerados no ano manteve-se próxima das 200 mil vagas, estando acompanhada de reduções na taxa de desemprego e aumentos na renda dos trabalhadores.

Segundo as projeções do FMI, dentre os países desenvolvidos o EUA possui a segunda maior taxa de crescimento prevista para 2015 e a primeira para 2016, sendo esperadas respectivas expansões de 2,6% e 2,8% do PIB.

Após ter encerrado o programa de incentivos monetários ainda em 2014, o próximo passo do FED consiste em normalizar as taxas de juros vigentes, as quais encontram-se próximas de zero desde 2008. De acordo com o as últimas atas do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), torna-se cada vez mais iminente a alta dos juros ainda no decurso de 2015, mais especificamente na próxima reunião agendada para os dias 15 e 16 de dezembro.

Assim, mesmo que o propalado aumento da taxa de juros americana não ocorra em 2015, o fato é que em 2016 o fluxo cambial brasileiro passará a sentir os efeitos de tal elevação. Apesar da alta taxa Selic vigente, a maior segurança conferida pelo mercado americano frente às incertezas que pairam sobre a economia brasileira tende a diminuir a oferta de dólares circulando no país, aumentando a desvalorização do Real frente à moeda estrangeira.

Entre janeiro a novembro de 2015, ou seja, ainda em um ambiente de juros zero nos EUA, o Real sofreu desvalorização superior a 40%, uma vez que a cotação do dólar pulou de R\$ 2,69 para aproximadamente R\$ 3,80 no período, chegando a registrar a expressiva marca de R\$ 4,19 durante o mês de setembro.

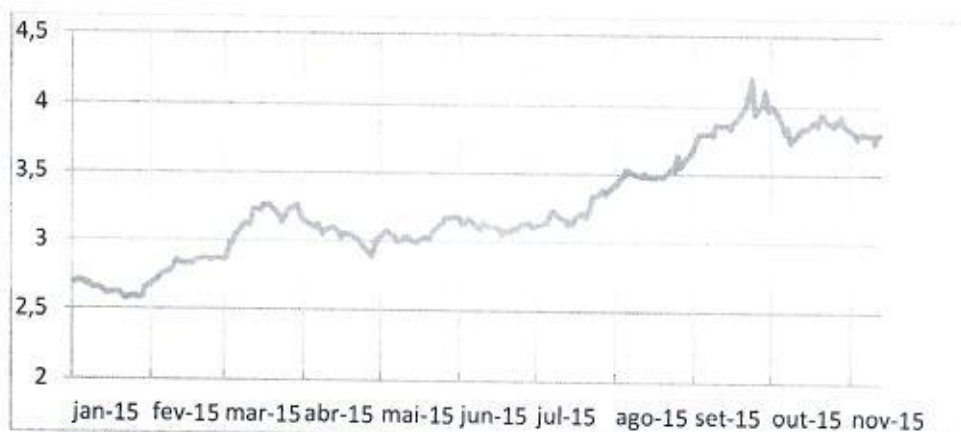


Gráfico 2 Taxa de Câmbio (R\$/US\$)

Fonte: BACEN.

Nota: Cotações até 13/11/2015.

Na zona do Euro, as estimativas para o restante do ano indicam uma leve expansão da atividade econômica frente ao ano anterior, sendo projetado um crescimento de 1,5% e uma taxa de inflação não superior a 0,2%. Já para 2016, as projeções sofrem pequenas alterações, confirmando o baixo ritmo de recuperação da economia europeia. Enquanto o crescimento do PIB estimado passou para 1,6%, a inflação atingiu a projeção de 1%, ou seja, ainda abaixo da meta de 2% estipulada pelo Banco Central Europeu (BCE).

Por fim, a expectativa de crescimento da economia chinesa para os anos de 2015 e 2016 seguem abaixo dos 7%, sendo projetadas taxas de expansão da atividade econômica de respectivamente 6,8% e 6,3% para o biênio.

Taxa de Juros, Inflação e Política Monetária

Confirmando as expectativas do mercado, a última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) realizada em outubro decidiu, sem viés e por unanimidade, manter pela segunda vez consecutiva a Meta da Taxa Selic em 14,25% ao ano, maior patamar desde julho de 2006, quando a taxa fixada foi de 14,75%.

Embora as projeções para 2016 indiquem redução da taxa básica de juros na comparação com o fechamento esperado em 2015, já se observa um comportamento de alta nas últimas estimativas para o próximo exercício.

No começo de outubro, as estimativas para 2016 indicavam uma taxa de 12,63%, passando para 12,75% e chegando aos 13,25% no começo de novembro.

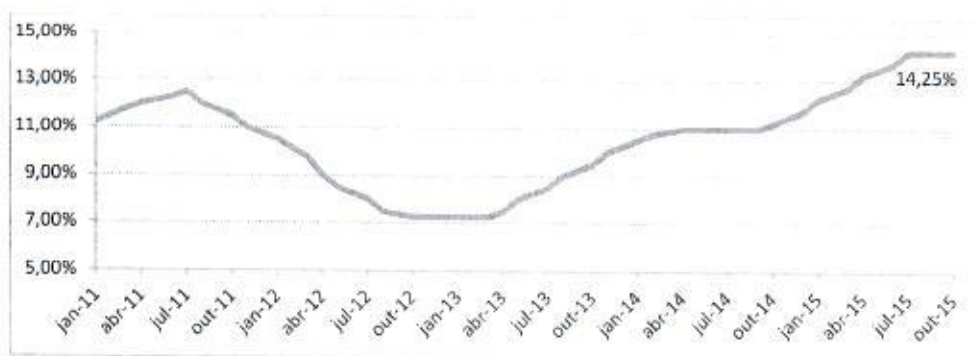


Gráfico 3 - Meta da Taxa Selic (%)

Fonte: BACEN.

Nota: Dados até Outubro de 2015.

A decisão do COPOM foi motivada pelo recrudescimento das estimativas inflacionárias para o biênio 2015/2016. A perda de eficácia da política monetária como instrumento de combate à inflação e a continua escalada dos preços administrados, tem elevado de maneira recorrente as projeções do IPCA para o período, comprometendo o atingimento da meta estabelecida pelo COPOM de 4,5% ao ano, com intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo (entre 2,5% a 6,5%).

Ao longo das últimas semanas as Pesquisas Focus têm indicado taxas de inflação superiores, ou muito próximas, ao teto da meta para ambos os exercicios. Enquanto para 2015 as estimativas são de um IPCA fechando em torno de 10%, para 2016 a previsão é de uma taxa de 6,47%, havendo um movimento de convergência ao centro da meta apenas no segundo semestre de 2017.

A propósito, frisa-se que a última vez que o o IPCA ficou abaixo do centro da meta foi em 2009, quando registrou alta de 4,31% no acumulado do ano.

No que se refere aos preços administrados, a expectativa é que o ano de 2015 encerre com uma alta de 17%, recuando para aproximadamente 7% em 2016. Destacam-se nesse grupo os preços da energia elétrica e dos combustíveis, cujas recuperações ocorridas ao longo de 2015 impactaram o nível de preços de todos os demais setores da economia brasileira.

A desvalorização do real frente ao dólar também tem influenciado as expectativas do mercado no que tange às taxas de inflação. A alta dos preços de diversos produtos e insumos adquiridos no mercado externo tem afetado a oferta de bens e serviços no país, desencadeando a chamada inflação de custos, fenômeno imune a elevações da taxa básica de juros.

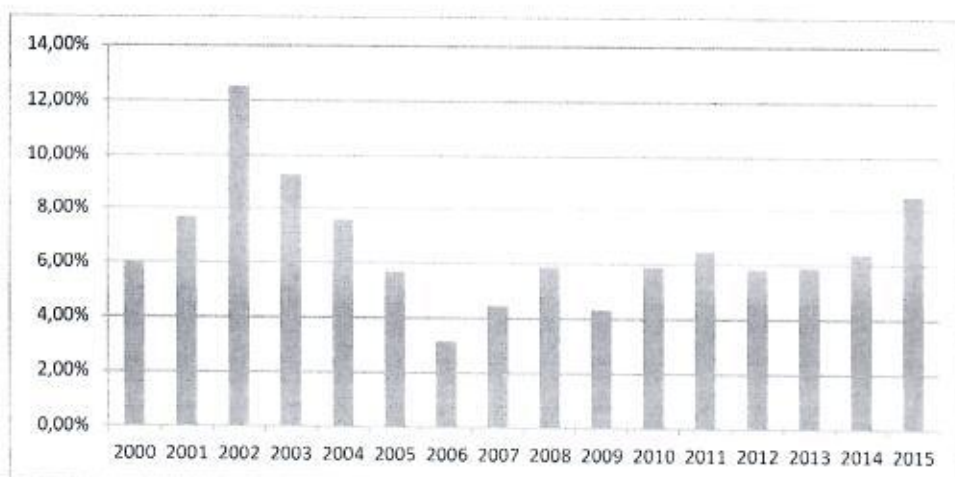


Gráfico 4 - Série Histórica IPCA Anual (%)

Fonte: IBGE.

Nota: Dados até Outubro de 2015.

Além das naturais limitações da política monetária no combate à inflação vigente no país, os baixos níveis de crescimento econômico projetados e o impacto dos juros sobre a dívida pública mobiliária também sinalizam o fim de novos aumentos da Taxa Selic.

Conforme as projeções do mercado, o período compreendido entre os anos de 2014 a 2016, será caracterizado por uma forte recessão econômica, sendo previstas retrações da atividade produtiva tanto em 2015 como em 2016.

No que se refere às necessidades de financiamento do setor público (NFSP), frisa-se que somente em setembro de 2015 o total de juros nominais incidente sobre as dívidas da União, Estados e Municípios, incluindo-se as Empresas Estatais, atingiu o montante de R\$ 70 bilhões, acumulando no ano um total de despesa superior a R\$ 408 bilhões.

Com efeito, entre os meses de janeiro a setembro de 2015 o déficit público atingiu o recorde de R\$ 416,7 bilhões para os primeiros nove meses de um exercício, correspondendo a um comprometimento de 9,7% do PIB.

Atividade Econômica e Produto Interno Bruto

Em um ambiente já caracterizado por incertezas e por elevadas taxas de juros, o ano de 2014 encerrou com uma tímida previsão de crescimento da economia para 2015, sendo originalmente estimada uma expansão de 1% do PIB.

Contudo, as continuas elevações da Selic ocorridas ao longo do ano, que pulou de 11,75% em janeiro para 14,25% em julho, afetou de maneira

significativa o desempenho industrial, setor cuja performance correlaciona-se diretamente com a variação do PIB.

Segundo o IBGE, nos nove primeiros meses de 2015 a produção industrial acumulou uma retração de 7,4%, influenciado principalmente pelas variações negativas obtidas na produção de bens de capital (-23,6%) e bens de consumo duráveis (-15,7%).

Outro efeito colateral trazido pela manutenção da Selic, em patamares elevados durante todo período, diz respeito ao tímido consumo registrado ao longo de 2015. Somente no segundo trimestre do ano, o consumo das famílias caiu 2,7% em relação a idêntico período do ano anterior, diferentemente do consumo do governo que, na contramão do atual cenário recessivo, obteve um crescimento de 0,7%, explicando, ao menos em parte, o desequilíbrio constatado nas contas públicas.

A redução no consumo das famílias, um dos principais propulsores da economia nos últimos anos, foi motivada por uma combinação de fatores que afetaram seu poder de compra, tais como a inflação, o desemprego e as políticas de restrição ao crédito.

Em contrapartida, a taxa de retração do PIB acumulada nos dois primeiros trimestres de 2015 foi de 2,1%, com previsão de piora até o final do exercício.

Segundo as últimas Pesquisas Focus, enquanto a previsão de queda da indústria aumentou de 7% para 7,4%, a taxa de encolhimento do PIB esperada para 2015 passou de 2,97% para 3,10%.

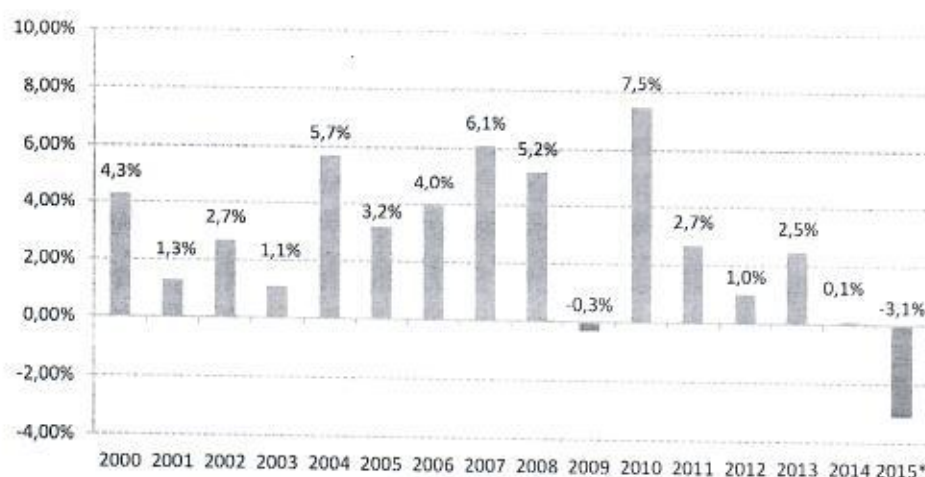


Gráfico 5 - Série Histórica a preços de mercado PIB (%)

Fonte: IBGE.

(*) Projeções Pesquisa Focus de 06 de novembro de 2015

Na comparação com os anos anteriores, observa-se que o desempenho negativo esperado para 2015 supera inclusive o resultado obtido em 2009, quando o PIB brasileiro retraiu 0,3% em meio à crise financeira mundial que caracterizou o período.

Na esteira das previsões de juros e inflação para 2016, as projeções de crescimento do PIB também são negativas para o próximo ano, estimando-se uma retração da atividade econômica de 1,9%.

Na comparação com os demais países integrantes do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), as recentes previsões do FMI para 2016 colocam o Brasil na última posição do ranking de crescimento econômico, sendo projetada uma recessão superior à estimada para Rússia. Registra-se que a economia russa tem sido severamente pressionada pela queda internacional do preço do petróleo, além de sofrer diversas sanções em decorrência da crise geopolítica com a Ucrânia.



Renda Fixa

Os fundos de renda fixa atrelados a índices de preço obtiveram excelentes resultados em 2014, recuperando quase a totalidade das perdas registradas no ano anterior, as quais foram superiores a 15%. Já em 2015, a conjunção de fatores externos e internos caracterizaram uma forte volatilidade no setor, trazendo prejuízo ao cumprimento das metas atuariais.

As incertezas referentes à recuperação da economia brasileira, marcada por diversos eventos negativos ao longo de todo período, como por exemplo a perda do grau de investimento, a deterioração das contas públicas, o agravamento da crise política e a manutenção de altas taxas inflacionárias, elevaram a percepção de risco dos agentes.

Via de regra, quanto maior for a percepção de risco maior é a exigibilidade de retorno por parte dos investidores. Por outro lado, a expectativa de prêmios mais altos implica redução do valor de mercado dos papéis, já em circulação, cujas rentabilidades prefixadas tornam-se menos atrativas.

Ao longo dos meses verificou-se que, de fato, referida volatilidade resultou na elevação dos prêmios dos ativos, sobretudo os de longo prazo. Com efeito, os índices que refletem as carteiras com títulos de maior prazo sofreram fortes oscilações no ano, registrando tímidas rentabilidades no período compreendido entre os meses de janeiro a outubro de 2015.

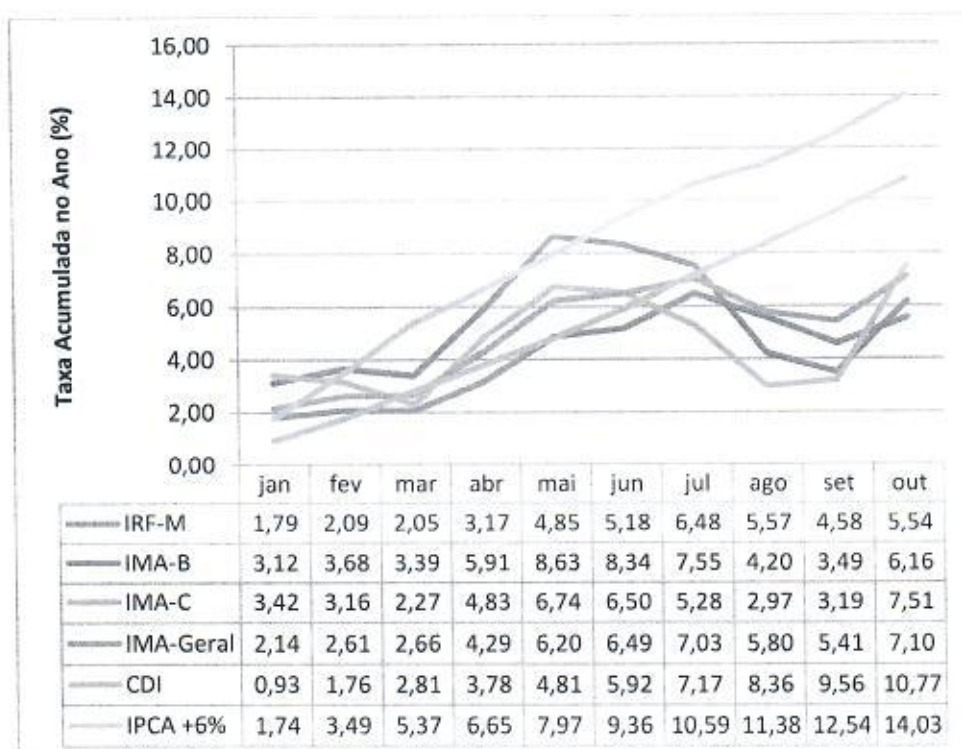


Gráfico 6 – Rentabilidade acumulada dos principais Indicadores IMA (%)

Fonte: ANBIMA.

OBS: Janeiro a Outubro de 2015

O IRF-M1+, índice que expressa a rentabilidade dos títulos prefixados acima de um ano, e o IMA-B5+ que reflete a rentabilidade das NTN-Bs acima de 5 anos (taxa de juros fixa e indexação ao IPCA), vem registrando os piores resultados em 2015, acumulando, até o momento, respectivas valorizações de 2,24% e 3,12%.

Somam-se às questões domésticas a lenta recuperação das economias desenvolvidas, as incertezas com relação ao real crescimento chinês e a tendência de elevação dos juros nos EUA, variáveis que corroboraram com a instabilidade verificada no ano.

Na comparação entre as rentabilidades dos índices calculados pela Anbima, percebe-se a nítida vantagem dos índices que expressam as carteiras de ativos com menor prazo frente aos de maior duração

Enquanto a rentabilidade acumulada dos índices atrelados a títulos de maiores prazos não ultrapassou a casa dos 4 %, até o mês de outubro (IRF-M+1 e IMA-B5+), os de menores prazos obtiveram rentabilidades superiores a 10% em idêntico período.

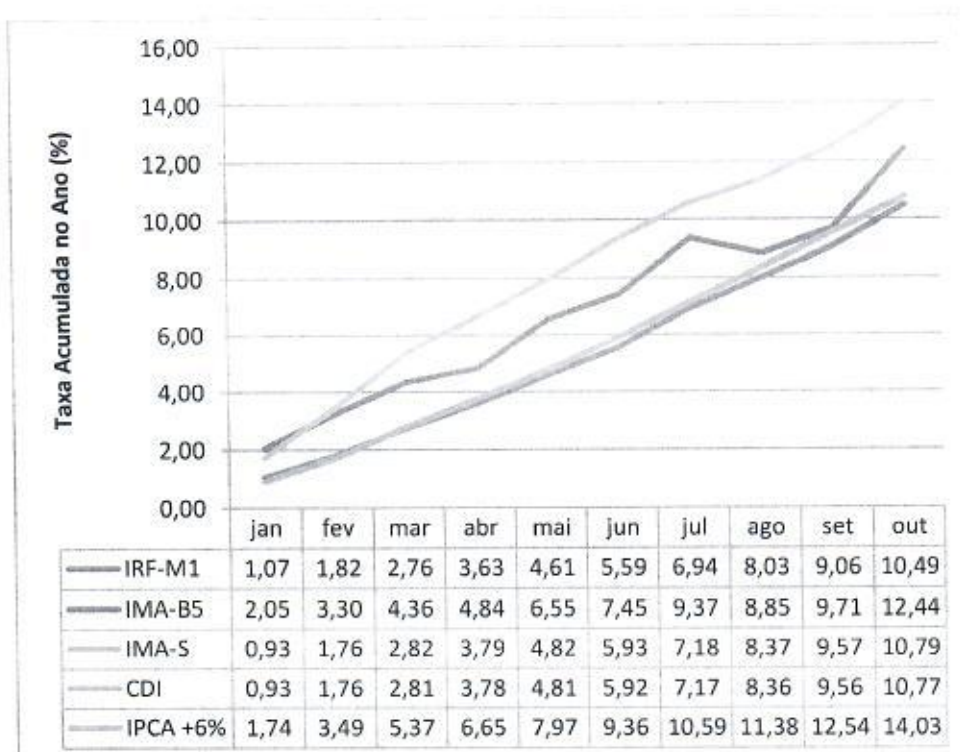


Gráfico 7 – Rentabilidade acumulada dos índices atrelados a ativos de menor duração (%)

Fonte: ANBIMA.

OBS: Janeiro a Outubro de 2015

Além do IRF-M1 e do IMA-B5, destaca-se também a performance do IMA-S, índice que expressa a carteira de ativos pós-fixados atrelados à Selic. Nesse aspecto, cumpre ressaltar a trajetória de alta da Taxa Selic ao longo de 2015, que sofreu quatro aumentos consecutivos entre os meses de janeiro a julho, pulando de 12,25% para 14,75% ao ano.

Tendo em vista as diferentes rentabilidades percebidas entre os índices de maior e menor prazo, o IMA-Geral, índice composto por todos os títulos elegíveis e que representa a evolução do mercado de renda fixa como um todo, registrou variação intermediária no período, acumulando uma rentabilidade de 7,10% no acumulado entre janeiro a outubro 2015.

De um modo geral, todas as projeções para 2016 indicam um cenário de incertezas muito semelhante ao vivenciado em 2015, com nova retração da atividade econômica, superação da meta inflacionária e pouca sinalização de um verdadeiro rearranjo das contas públicas.

No mesmo sentido, a situação política do país ainda carece de uma maior estabilidade. No que se refere ao Governo Dilma, a rejeição das contas pelo TCU pode reacender os debates acerca de um possível processo de impeachment. Já pelo lado do Congresso, remanesce a indefinição sobre o futuro do Presidente Eduardo Cunha, cujas denúncias de corrupção seguem em pauta.

Assim, recomenda-se uma prudente diversificação do portfólio, com preferência para alocação de recursos em investimentos de prazos mais curtos ou mesmo por fundos DI, uma vez que os riscos associados a estes ativos são, por natureza, inferiores.

Tal comportamento torna-se especialmente recomendável durante os primeiros seis meses do ano, período que o mercado poderá analisar melhor a condução das políticas fiscal e monetária do país, bem como os impactos decorrentes da iminente alta dos juros americanos.

Por outro lado, a confirmação de queda da Taxa Selic a partir do segundo semestre de 2016 implicará redução no prêmio dos ativos, com possível valorização dos títulos de maior prazo a partir desse período.

Renda Variável

Seguindo a linha do segmento de renda fixa, o ano de 2015 foi marcado por uma grande volatilidade dos investimentos em renda variável, o que também reflete o ambiente de incertezas presente na conjuntura econômica brasileira.

Se em 2014 o índice Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, já havia amargado um prejuízo de 4,15%, entre os meses de janeiro a outubro de 2015 as perdas praticamente dobraram, sendo registrada uma variação negativa de 8,20% no período.

Na comparação com outras modalidades de investimento, como os títulos de renda fixa, o ouro e o dólar, percebe-se o fraco desempenho do setor durante o ano de 2015. Importante registrar que, embora o Ibovespa seja um índice e não um produto de investimento, é possível replicar sua carteira por meio de fundos de índice (ETF) ou fundo de ações, viabilizando-se assim, a comparação de sua rentabilidade com as demais opções disponíveis no mercado.

A volatilidade e consequente performance do setor ao longo de 2015 pode ser melhor exemplificada pelo desempenho de empresas como a Petrobrás e a Vale, que juntas respondem por mais de 15% da composição do índice Ibovespa.

Em ambos os casos, os resultados obtidos até outubro não recuperaram as perdas computadas no ano anterior, sendo inclusive registrados novos prejuízos no decorrer de 2015.

Apesar das variações positivas registradas nos últimos meses em decorrência dos recentes reajustes dos preços dos combustíveis, as ações preferenciais da Petrobrás (PETR4) já acumulam perdas de -23,16% em 2015. No mesmo

sentido, as ações ordinárias da empresa (PETR3) também acumulam perdas no período, perfazendo um prejuízo no de -2,19%.

Já os papéis da Vale obtiveram perdas ainda mais expressivas, sendo registrados até outubro desvalorizações de 29,21% em suas ações ordinárias (VALE3) e de 32,58% nas preferenciais.

O resultado acumulado no ano pelo Ibovespa só não foi pior em virtude das altas registradas nos meses de fevereiro e abril, períodos em que os ganhos mensais foram puxados justamente por valorizações dos papéis da Petrobrás e da Vale.

Enquanto em fevereiro os papéis da Vale e da Petrobrás obtiveram respectivos ganhos de aproximadamente 12% e 17%, em abril as ações ordinárias da Petrobrás chegaram a registrar alta de 48%, confirmando a aludida volatilidade dos mercados.

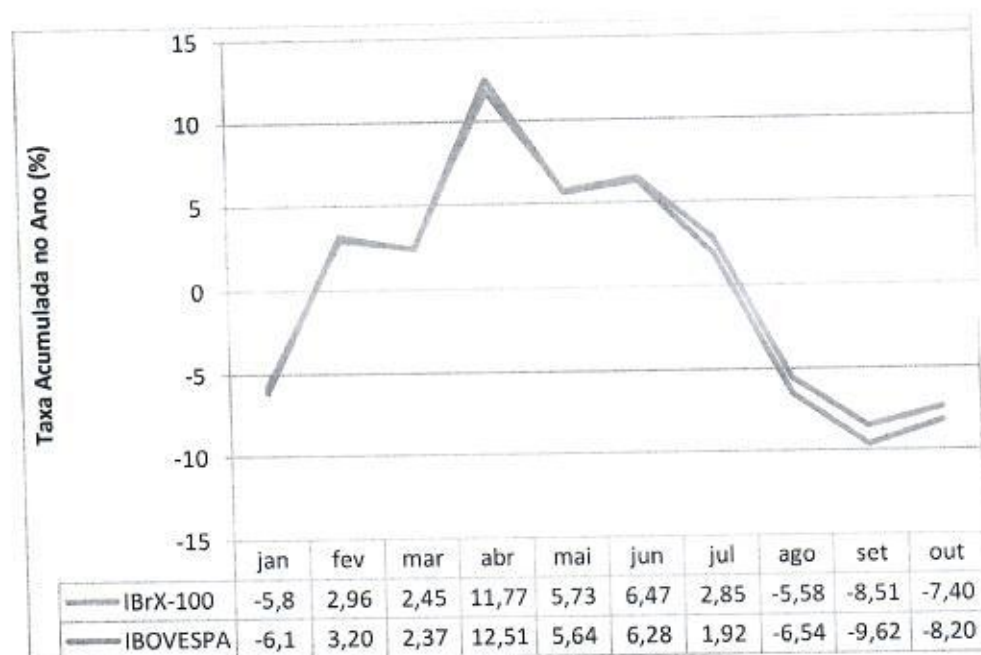


Gráfico 8 – Rentabilidade acumulada: IBrX e IBOVESPA(%)

Fonte: BM&FBOVESPA.

Nota: Dados até Outubro de 2015.

Somam-se às questões internas às incertezas com relação à economia internacional. Além do baixo ritmo de crescimento verificado em boa parte das economias desenvolvidas, o esperado aumento da taxa básica de juros dos EUA também repercute na tomada de decisão dos investidores. Nos últimos meses, as bolsas americanas tem registrado significativas altas, atingindo os maiores ganhos dos últimos 5 anos, comportamento não acompanhado pela bolsa brasileira.

Diante do exposto, recomenda-se cautela nos investimentos em renda variável para o ano de 2016, tendo em vista a tendência de redução da liquidez externa e as incertezas que seguem pautando os rumos da política econômica do país

Na medida em que o momento econômico do país ainda exige cuidados, muitos especialistas recomendam a preferencia por papeis de empresas com forte geração de caixa, dívida saudável e demanda inelástica, aproveitando o momento de baixa para valorizações a longo prazo.

Outra alternativa, refere-se à realização de lucros no curto prazo, e não como uma opção de investimento propriamente dita. Aproveitando-se da volatilidade do mercado, as decorrentes distorções entre as forças de compra e venda tendem a gerar oportunidades de operações rápidas (day-traders), contudo, sendo tal alternativa vedada no caso dos RPPS, conforme Resolução 3.922/2010 e as novas alterações descritas na Resolução 4.392/2014 do Ministério de Previdência.

CONSIDERAÇÕES GERAIS – CENÁRIO 2016

Para concluir, sublinham-se as possíveis relações acerca das expectativas econômicas associadas ao comportamento efetivo constatado durante o ano de 2015. Fazer estas assimilações ajudará na compreensão para daqui em diante tentar conseguir antecipar os movimentos econômicos e auferir resultados mais consistentes na gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social, **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE** neste caso. As expectativas de mercado para o exercício de **2016 até o presente momento não** apresentam uma tendência bem definida, o que dificulta o estabelecimento de estratégias consolidadas sem carregar bastantes incertezas e, conseqüentemente, riscos.

A princípio, espera-se a manutenção de um cenário de volatilidade, próximo ao que se verificou em 2015; recomendando-se diversificação e respectiva proteção de parte dos recursos em investimentos de curto prazo; além de excessiva cautela em termos de renda variável.

O cenário atual apresenta um contexto de ajustamento para a grande maioria dos agregados macroeconômicos, cuja dinâmica pode representar uma transição das circunstâncias de mercado, pelo menos até que se verifique uma tendência bem definida. Variáveis econômicas ligadas à inflação, câmbio, atividade econômica (PIB) e até mesmo os juros passam por revisões em suas projeções, interferindo na consolidação das tendências de mercado. As circunstâncias atuais denotam uma predisposição para uma leve queda da Taxa Selic ao longo de 2016, ao mesmo tempo em que a inflação não apresenta uma convergência para o centro da meta, contudo, perdendo força em relação a 2015. A preocupação com o nível da atividade econômica exige uma maior ponderação no uso da Selic como instrumento de combate à inflação, cabendo ao governo encontrar o adequado balanço entre crescimento econômico e estabilidade de preços. Do ponto de vista fiscal, a expectativa do mercado é que as intenções do Governo tornem-se de fato em ações efetivas na busca pelo equilíbrio das contas públicas, de preferência pelo lado das despesas, haja vista a alta carga tributária já existente no país.

CONTROLE DE RISCOS

Os riscos podem ser associados a diferentes cenários. Na hipótese de a equipe de política econômica do governo ter suas convicções efetivadas, certamente, o patamar de juros da economia não permitirá que seja tranquilo o alcance da meta atuarial por parte dos investidores institucionais, porém possibilitará uma tendência clara a investimentos alternativos, renda variável e outros segmentos, com a confiança de que a atividade econômica confirme suas perspectivas. Sem a volta do crescimento econômico, existirá uma tendência para ganhos ainda satisfatórios na renda fixa. Por outro lado, se a persistência do governo desencadear uma instabilidade econômica, elevação de preços, com baixa ou moderada recuperação da economia, os riscos inerentes às carteiras de ativos associados a juros e inflação sofrerão com rendimentos insatisfatórios. No caso de recuperação moderada da economia, o risco é mais acentuado. Se a recuperação econômica não se confirmar, a situação fica mais incerta, pois teríamos pressão inflacionária com crescimento baixo. A partir de todos os cenários engendrados, apenas um mantém certa comodidade para atingir meta atuarial e garantir retornos satisfatórios com a renda fixa no patamar atual de juros. Por conseguinte é preciso analisar e acompanhar investimentos alternativos.

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto

a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE	
Nome: Prefeitura Municipal de Cacique Doble / RS	CNPJ: 87.613.600/0001-03
Endereço: AV. KAINGANG, 292	Complemento:
Bairro: CENTRO	CEP: 99860-000
Telefone: (054) 3552-1244	E-mail: clairtonpasinato@hotmail.com
2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE	
Nome: CLAIRTON PASINATO	CPF: 496.583.360-00
Cargo: Prefeito	Complemento do Cargo:
E-mail: clairtonpasinato@hotmail.com	Data Início de Gestão: 01/01/2009
3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF	
Nome: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CACIQUE	CNPJ: 13.676.052/0001-24
Endereço: AV. KAINGANG, 292	Complemento:
Bairro: CENTRO	CEP: 99860-000
Telefone: (054) 3552-1244	E-mail: clairtonpasinato@hotmail.com
4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA	
Nome: DINALVA PESSOA TONIEITO	CPF: 006.516.140-82
Cargo: Presidente	Data Início de Gestão: 08/11/2013
Telefone: (054) 3552-1244	E-mail: dinalva_pessoa@yahoo.com.br
5. GESTOR DE RECURSOS	
Nome: DINALVA PESSOA TONIEITO	CPF: 006.516.140-82
Cargo: Presidente	Data Início de Gestão: 07/04/2014
Telefone: (054) 3552-1244	E-mail: dinalva_pessoa@yahoo.com.br
Entidade Certificadora: APIMEC	Validade Certificação: 10/04/2018
6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO	
Nome: JANAINA REGINATO	CPF: 750.114.920-87
Telefone: (054) 3552-1244	E-mail: pmcaciuedoble@terra.com.br

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2016

DINALVA PESSOA TONIEITO

CPF: 006.516.140-92

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos:

Data da ata de aprovação:

26/11/2015

Data da Elaboração: 23/11/2015

Órgão superior competente:

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA- CMP

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Taxa de Juros: 6,00 %

Indexador: IPCA

(X) Meio Eletrônico

(X) Impresso

Divulgação/Publicação:

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	5,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	80,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	50,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	4,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	3,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	3,00
FI em Ações - Art. 8º, III	5,00	5,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		185,00

Declaro que o valor excede do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados.

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O cenário atual se caracteriza com constantes oscilações nos principais indicadores econômicos, isso se deve a continuidade das denúncias de corrupção envolvendo o Governo e o Congresso Nacional durante todo o ano de 2015, agravaram o cenário de crise político-institucional do país, refletindo diretamente nas expectativas dos agentes econômicos. Assim, tanto os segmentos de renda fixa como o de renda variável, tiveram significativas volatilidades no decorrer do período, com o mercado dando sinais de preferência por ativos de menor duração, em meio as incertezas macroeconômicas vigentes.

Em setembro a Standard & Poor's, uma das três maiores agências internacionais de rating, rebaixou a nota de crédito do Brasil de BBB- para "BBB+" que passou de grau de investimento para o grau especulativo, o rebaixamento se deve a deterioração no quadro fiscal e as incertezas políticas, todavia, para o país se tornar não confiável aos investidores externos, seu rating também precisa ser cortado pois mais uma das agências classificadora de risco (Fitch ou Moodys).

Confirmando as expectativas do mercado o Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua última reunião realizada em Novembro, decidiu manter pela terceira vez a Meta da Taxa Selic em 14,25% ao ano, maior patamar desde julho de 2006, quando a taxa fixada foi de 14,75%. Entretanto as projeções para 2016 apontam para a uma redução na taxa básica de juros, mas já se observa uma elevação nas projeções dos analistas conforme o último Boletim Focus.

O PIB brasileiro apresentou uma retração de 1,9% no segundo trimestre de 2015. Foi a segunda queda consecutiva no PIB após, a queda de 0,7% no primeiro trimestre de 2015, assim se confirmando o quadro de recessão técnica. Portanto em um ambiente caracterizado por incertezas os analistas projetam uma queda de 3% no PIB para 2015 e de 2,01% em 2016.

A inflação se mostra pressionada pelo reajuste nos preços administrados, em especial os preços da energia elétrica e dos combustíveis. Ao longo das últimas semanas as Pesquisas Focus têm indicados taxa de inflação próximas ao teto da meta para o biênio 2015/2016. Enquanto para 2015 as estimativas são de um IPCA fechando em torno de 10%, para 2016 a previsão é de uma taxa de 6,64% havendo um movimento de convergência ao centro da meta apenas no segundo semestre de 2017.

No que se refere aos preços administrados, a expectativa é que o ano de 2015 encerre com uma alta de 17%, recuando para aproximadamente 7% em 2016. Destacam-se nesse grupo os preços da energia elétrica e dos combustíveis, cujas recuperações ocorridas ao longo de 2015 impactaram o nível de preços de todos os demais setores da economia brasileira.

No que se refere à crise fiscal, as medidas anunciadas pela equipe econômica sinalizam ajustes tanto pelo lado das despesas como os das receitas também. Além do corte no orçamento de R\$ 80 bilhões anunciado ainda no mês de maio, o novo pacote fiscal lançado em setembro prevê uma redução adicional de despesas da ordem de R\$ 26 bilhões, acompanhado de uma alta de tributos, cuja estimativa é incrementar a arrecadação em aproximadamente R\$ 40 milhões até o final de 2016.

Conforme os dados das contas nacionais publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o nível de investimentos pode ser considerado o principal problema para o crescimento da economia. A deterioração das expectativas representa maior risco de mercado para os investidores como o REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE de modo que a falta de foco das autoridades monetárias e o descalçamento entre política econômica e a situação real de mercado criam um contexto de muitas incertezas.

Na Economia Internacional, após ter encerrado o programa de incentivos monetários, ainda em 2014, o próximo passo do FED consiste em normalizar as taxas de juros vigentes, as quais encontram-se próximas de zero desde 2008. De acordo com o as últimas atas do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), torna-se cada vez mais iminente a alta dos juros ainda no decurso de 2015, mais especificamente na próxima reunião agendada para os dias 15 e 16 de dezembro.

Já na Zona do Euro as estimativas para o restante do ano indicam uma leve expansão da atividade econômica frente ao ano anterior, sendo projetado um crescimento de 1,5% e uma taxa de inflação não superior a 0,2%. Assim, com este cenário exposto, espera-se uma manutenção de um cenário de volatilidade para 2016, parecido com o verificado em 2015, assim se recomenda cautela com diversificação e respectiva proteção dos recursos em investimentos de curto prazo, aliado a uma precaução em termos de renda variável.

Portanto, para o próximo exercício, é importante obter uma maior rentabilidade possível, dentro do atual cenário macroeconômico, juntamente com uma gestão ativa de sua carteira de investimentos.

Objetivos da gestão

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE precisa buscar, através da aplicação dos seus recursos, uma rentabilidade igual ou superior à sua meta atuarial. Com base no horizonte de longo prazo, considerando as informações do último RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL, e a situação financeira e atuarial observada atualmente, a META ATUARIAL, definida e aprovada juntamente com a Política de Investimentos, será representada pelo benchmark IPCA ACRESCIDO DE 6% a.a. (IPCA + 6% a.a.). O IPCA é o índice de preços relacionado às meias para a inflação. Insistem-se também os objetivos de assegurar que os gestores, servidores, participantes, beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores do FAPS tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos, e assim garantir transparência e ética no processo de investimento, o qual deve ser feito seguindo diretrizes, normas e critérios.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Renda Fixa: Fundos de Investimentos com rentabilidade mínima esperada de 100% da TMA. Títulos Públicos Federais: registrados no SELIC, com rentabilidade mínima esperada superior à TMA (Mam), utilizando custódia a ser contratada e observando o casamento do vencimento com o passivo atuarial. Renda Variável: Fundos de Investimentos com rentabilidade mínima esperada superior à TMA.

Crerios de Contratao - Administrao de carteiras de renda fixa e renda variavel

Na Política de Investimentos para 2016, não há previsão para contratao de servio de administrao de carteira de renda fixa ou variavel.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

As aplicações serão avaliadas através da elaboração de relatórios mensais, mas acompanhadas diariamente. Mensalmente, elaborar-se-á um relatório de avaliação de desempenho e risco, e medidas cabíveis serão adotadas no caso de constatação de desempenho insatisfatório, resguardando os objetivos e estratégias da gestão e observando a exposição a riscos acentuados conforme os cenários econômicos projetados. Os relatórios de desempenho e risco compreenderão a comparação com os principais índices de mercado, sendo eles: para a renda fixa, os índices IMA e, para a renda variável, o Ibovespa, IBRX e o IBRX-50. A volatilidade da carteira será controlada periodicamente. Para o monitoramento do RISCO DE MERCADO, utilizar-se-á o cálculo do Value at Risk (VAR), que sintetiza a maior perda esperada da carteira em condições normais de mercado.

Adicionalmente, os relatórios mensais de desempenho e risco deverão incorporar, por decisão da unidade gestora, modelos alternativos para a simulação de perda financeira mediante variações bruscas de preços dos ativos que compõem a sua carteira em um cenário econômico-financeiro adverso. O RISCO DE CRÉDITO será controlado pela diversificação da carteira, pela observação dos limites de crédito para as emissões privadas, pela classificação de risco das emissões ou dos emissores realizada por agências classificadoras de risco e pelo monitoramento da exposição a este tipo de risco, através do cumprimento diário desta Política de Investimentos. O RISCO DE LIQUIDEZ não é preponderante no curto prazo, porém avaliar-se-á a concentração dos investimentos e a liquidez dos ativos de acordo com as obrigações futuras.

Observações

Utilizamos o parâmetro limite máximo de alocação, que esta de acordo e devidamente aprovada conforme a política de investimento do RPPS.